





Percepção de usuários do Centro de Convivência Convivência São Paulo/BH/MG sobre a inserção no trabalho formal

Maria Elisa Mendes
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
 <https://orcid.org/0009-0009-2965-3025>
mendes.mariaelisa@gmail.com

Simone Costa de Almeida
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
 <https://orcid.org/0000-0003-4624-8004>
salmeida@eeffto.ufmg.br

Luciana Assis Costa
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
 <https://orcid.org/0000-0003-3664-4839>
lucianaassis@eeffto.ufmg.br

Adriana de França Drummond
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
 <https://orcid.org/0000-0003-1156-5050>
drummond@ufmg.br

RESUMO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira é marcada por esforços constantes de diversos fatores para a afirmação da defesa da cidadania e dos direitos das pessoas com transtornos mentais, incluindo o direito ao trabalho. O objetivo deste estudo é compreender a percepção de usuários do Centro de Convivência sobre a experiência no Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho e as possíveis repercussões

em seus cotidianos. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com dez usuários. Os participantes relataram dificuldades em reintegrar-se ao trabalho após a vivência do sofrimento psíquico. O Projeto foi apontado, pelos usuários, como uma oportunidade de retornar ao mercado de trabalho e de criar laços sociais, mas também revelaram dificuldades relacionadas às condições, precarização e organização do trabalho, de certa forma similares à realidade de outros grupos socialmente vulneráveis no país.

Palavras-chave: trabalho; transtorno mental; emprego apoiado; reabilitação psicossocial

Perception of users of the São Paulo/BH/MG Community Center about insertion into formal employment

ABSTRACT

The Brazilian Psychiatric Reform is marked by constant efforts by various factors to assert the defense of citizenship and the rights of people with mental disorders, including the right to work. The objective of this study is to understand the perception of users of the Community Center regarding the experience of the Project for the Insertion of Mental Health Users into the Formal Labor Market and the possible repercussions on their daily lives. A qualitative study was conducted through semi-structured interviews with ten users. Participants reported difficulties in reintegrating into work after experiencing mental suffering. The Project was pointed out by users as an opportunity to return to the labor market and to create social ties, but they also revealed difficulties related to the conditions, precariousness and organization of work, in a way similar to the reality of other socially vulnerable groups in the country.

Keywords: work; mental disorder; supported employment; psychosocial rehabilitation

Submissão em: 31/08/2024 | **Aprovação em:** 10/12/2024

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira representa uma transformação na concepção do cuidado em saúde mental baseado na construção de novas práticas, dispositivos e valores orientados para a substituição e superação do modelo manicomial, centrado historicamente no hospital psiquiátrico, levando à segregação, exclusão e estigmatização das pessoas com transtorno mental (Mata *et al*, 2023). Ao longo dos últimos 40 anos, o percurso da Reforma Psiquiátrica é marcado por lutas constantes de usuários, familiares, profissionais e movimentos sociais para a afirmação da defesa dos direitos humanos e da cidadania dessa população (Ballarin; Carvalho, 2023; Mata *et al*, 2023).

Nessa direção, o cuidado em saúde mental, oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, dispõe sobre o atendimento integral, territorial e interdisciplinar para as pessoas que necessitam de cuidados em saúde mental e/ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas. Este modelo de atenção à saúde mental é respaldado pela Lei 10. 216/2001 (Brasil, 2001) que instituiu a política pública de saúde mental e pela Portaria N° 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011), que criou a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estabelecendo os critérios para sua implementação e organização em todo o país (Mata *et al*, 2023; Siqueira; Chaves; Baker, 2022; Reinheimer; Silva, 2019)

Destaca-se que as ações vigentes em saúde mental buscam promover o cuidado, a convivência, a liberdade, os laços com o território e com a cidade (Siqueira; Chaves; Baker, 2022). Desse modo, a política de saúde mental redireciona a assistência centrada na doença e/ou remissão de sintomas para práticas que transcendem a dimensão do diagnóstico e que possibilitem ao sujeito o papel principal em seu processo de cuidado, versando sobre novas tessituras de vida (Lussi; Morato, 2018; Mata *et al*, 2023). Ainda assim, para que haja uma mudança efetiva no cuidado em saúde mental, é necessário o envolvimento de diferentes fatores em ações multidisciplinares e intersetoriais. Ressalta-se a importância do diálogo entre a política pública de saúde mental e outras políticas, como a da Assistência Social, Cultura, Educação e Trabalho (Lussi; Morato, 2018; Mata *et al*, 2023).

Desta maneira, o referencial teórico da atenção psicossocial, em consonância com a abordagem da reabilitação psicossocial, tem norteador a construção da política pública de saúde mental no contexto brasileiro, traçando a organização e o funcionamento dos serviços, bem como as pesquisas e a prática clínica dos profissionais (Costa-Rosa, 2013; Lussi; Morato, 2018; Morato, 2019). Este referencial é propositivo na direção de uma prática pautada na perspectiva da autonomia, participação e inclusão social.

Sob essa ótica, a atenção psicossocial é entendida como um conjunto de saberes, práticas e políticas norteadoras do cuidado em saúde mental (Lussi; Morato, 2018). Assim, o conceito de atenção psicossocial abarca a reabilitação psicossocial e o apoio psicossocial, bem como novos conhecimentos e práticas sociais. Ballarin e Carvalho (2023) destacam que a reabilitação psicossocial não se limita a uma técnica simplista; deve ser compreendida de maneira abrangente e ética.

Ancorados na concepção de contratualidade, destacam-se três cenários do processo de reabilitação psicossocial: habitat, rede social e trabalho com valor social (Saraceno, 2001). Com um conceito ampliado sobre trabalho, este autor afirma que o trabalho “contribui para um lugar de pertencimento, auxilia na consolidação da identidade como cidadão e para independência e autonomia, sendo componente de um projeto que faça sentido na vida do sujeito” (Siqueira; Chaves; Baker, 2022, p. 38). Com as mudanças implementadas pelo referencial da atenção psicossocial, e sem perder de vista a complexidade da discussão, entende-se o trabalho como dispositivo de produção de vida, com possibilidade de proporcionar trocas subjetivas e relações sociais, além de refletir na geração de renda (Lussi; Morato, 2016; Morato, 2014).

Diante da centralidade do trabalho como uma estratégia potente de inclusão social da RAPS, vale destacarmos que a perspectiva atual do trabalho difere, sobremaneira, do momento em que foi proposto como eixo estruturante do Tratamento Moral ao final do século XVII na França. Esta proposição inicial contribuiu com a teoria da laborterapia que considerava o trabalho como terapêutico em si e elemento de cura. Em virtude do aumento da população nos hospitais psiquiátricos, regidos sob a lógica do isolamento e da exclusão social, o trabalho passou a ser obrigatório e alienante com a finalidade de

controle dos corpos, do ócio e da manutenção do manicômio (Lancman; Barros, 2022; Lussi; Morato, 2016).

No cenário internacional, diferentes estratégias de inclusão das pessoas com transtorno mental no ambiente de trabalho vêm sendo amplamente estudadas, dentre elas a metodologia de emprego apoiado (EA), a qual fornece suporte para que as pessoas com transtorno mental grave e/ou com deficiência possam ingressar no mercado de trabalho formal (Correia, 2023). Nessa direção, Suijkerbuijk et al. (2017) apontam que o emprego apoiado é identificado como uma das estratégias mais eficazes para a obtenção e manutenção de empregos para essa população. Destaca-se, que o EA vem sendo incorporado em vários países, incluindo o Brasil; porém os diferentes contextos sociais, culturais e políticos irão direcionar as estratégias utilizadas desse emprego, bem como sua organização e operacionalização (Correia, 2023).

No contexto brasileiro, a inserção dos usuários com transtorno mental no trabalho vem acontecendo, majoritariamente, através de iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais vinculadas à Política de Economia Solidária (Mazaro; Matsukura; Lussi, 2020; Reinheimer; Silva, 2019). O suporte aos projetos de inclusão social pelo trabalho possibilitou a ampliação de experiências diversificadas no cenário nacional, incluindo iniciativas no campo do trabalho formal, respaldadas de forma jurídica/política, com destaque nas aprovações das leis: 1) Lei 8213/91 (Brasil, 1991), mais conhecida como a “Lei de Cotas”, e a 2) Lei 13.146/ 2015 (Brasil, 2015) - Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Nesse sentido, identificam-se a economia solidária e o emprego apoiado como estratégias para a inclusão das pessoas com transtornos mentais no universo do trabalho, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, a diminuição do desemprego, a redução de estigma e o preconceito vivenciado por esta população (Correia, 2023).

Contextualizando a discussão sobre a RAPS e a inclusão das pessoas com transtorno mental no campo do trabalho, Belo Horizonte (BH/MG) destaca-se pelo compromisso com o projeto da reforma psiquiátrica e pela implementação de uma robusta e complexa Rede de Atenção Psicossocial (Almeida; Amorim, 2022). A RAPS BH é constituída por diferentes dispositivos e níveis de cuidado em saúde mental, compostos

por equipes multiprofissionais pautadas em uma prática clínica interdisciplinar, horizontalizada e articulada com outros pontos da rede de saúde e intersetorial (Almeida; Trevisan; Barros, 2023).

No que tange às ações de reabilitação psicossocial na RAPS BH, encontram-se os Centros de Convivência, espaços de convivência e sociabilidade para os usuários com transtorno mental e/ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas por meio de atividades culturais, educacionais, lazer, projetos de trabalho e renda e a (re)construção de laços com o território e a cidade (Almeida; Amorim, 2022).

Nesse sentido, no cenário de inserção desta população no ambiente formal de trabalho, desde 2014, encontra-se no município de Belo Horizonte - MG, o Projeto de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Sofrimento Mental, idealizado pela Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais (SRTE- MG), através da Auditoria Fiscal do Trabalho que contactou com a Gerência da Rede de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (GRSAM/SMSA/PBH) para discussão e implementação do mesmo. Os serviços convidados para compor este Projeto foram os Centros de Convivência, os dispositivos especializados na educação profissional, dentre eles: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/MG¹ e empresas privadas, em sua maioria, os supermercados. A partir de 2019, o Projeto contou com a participação do Hospital das Clínicas da UFMG e da Rede Cidadã² (Costa, 2023). As instituições parceiras possuem atribuições específicas no Projeto. Os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são responsáveis por selecionar as empresas participantes e captar as vagas destinadas às pessoas com deficiência. Os gestores dos nove Centros de Convivência do município indicam e acompanham os usuários para participação no Projeto, em especial as pessoas com o diagnóstico de transtorno mental grave. Foi definido também que a inserção dos usuários no mercado formal de trabalho deve ocorrer de forma gradual. Desse modo, os usuários passam um ano como aprendizes em uma instituição formadora, concomitante com a entrada no trabalho, totalizando uma

¹ Instituição em educação profissional voltada para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do País. Veja mais detalhes em: <https://www.mg.senac.br/paginas/osenac.aspx>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

² Entidade de assistência social que desenvolve programas e projetos de forma continuada, permanente e planejada. Veja mais detalhes em: <https://www.redecidada.org.br/>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

carga horária de 20 horas semanais. Após esse período, os usuários poderão ser contratados como profissionais pelas empresas sob o regime de CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) (Costa, 2023). Desde o início do Projeto, até o ano de 2021, os Centros de Convivência de BH fizeram 299 encaminhamentos para as empresas parceiras, os quais resultaram em 258 contratações. Até o final de 2021, 168 usuários continuavam empregados através do Projeto (Amorim *et al*, 2022).

A despeito da premissa de considerar o trabalho um importante dispositivo para a produção de vida e cidadania, apenas uma pequena parcela das pessoas com transtorno mental possui emprego. Os baixos índices de empregos estão relacionados a um conjunto de fatores, entre barreiras sociais e psicológicas, como o estigma e o preconceito vivenciados nas relações de trabalho, associados à fragilidade de suporte e orientação profissional (Martini *et al*, 2019) e, estruturalmente, devido às desigualdades que a população brasileira, em geral, vivência para o acesso e permanência nas diferentes relações de trabalho. Portanto, é necessário ampliar investimentos em políticas públicas para esta população, incluindo as possibilidades de participação nos contextos de trabalho, bem como a criação de projetos abrangentes e contextualizados às desigualdades do cenário brasileiro (Martini *et al*, 2019).

A inclusão das pessoas com transtorno mental no trabalho é permeada de desafios e requer uma constante reavaliação das práticas existentes (Mazaro; Matsukura; Lussi, 2020). No entanto, identifica-se escassez na literatura nacional de estudos sobre a experiência das pessoas com transtorno mental no contexto formal de trabalho. Qual a percepção dos usuários sobre o trabalho formal proposto no Projeto de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Sofrimento Mental/BH? Houve mudanças no cotidiano desses usuários após o ingresso nesta proposta de trabalho formal?

O objetivo deste estudo é compreender a percepção de usuários do Centro de Convivência São Paulo sobre a experiência de trabalho formal no Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte - MG e as possíveis repercussões em seus cotidianos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2001, p. 21-22) “a pesquisa qualitativa (...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

O presente estudo se insere em um Projeto mais amplo, intitulado “Atenção Psicossocial: Trajetória de Cultura, Arte e Inclusão Social”. O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Gestão de Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (CAAE): 36199520.0.3001.5140) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (CAAE: 36199520.0.0000.5149).

O Centro de Convivência São Paulo (CCSP) foi selecionado por ser um dos dispositivos integrantes do Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte/MG, pelo robusto alinhamento aos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e por ser o primeiro inaugurado pela Prefeitura de Belo Horizonte/MG. Em 2023, o CCSP celebrou três décadas de existência.

Participantes

A seleção dos participantes foi conduzida após um contato prévio com a gerente do CCSP, a partir do qual foram convidados todos os 12 usuários inseridos no Projeto para uma reunião informativa sobre a pesquisa. Dois usuários não foram contatados devido às mudanças no número de telefone, não sendo também localizados no domicílio, mesmo após busca ativa das Agentes Comunitárias de Saúde do Centro de Saúde de referência, resultando, assim, na participação de dez (10) usuários.

Os critérios de inclusão foram os usuários inseridos no Projeto de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Sofrimento Mental e que manifestaram o desejo de participar da entrevista. Foram utilizados como critério de exclusão, os usuários com quadro psiquiátrico agudizado e ou déficit cognitivo que impedissem a participação na entrevista.

Os riscos da pesquisa incluíam a possibilidade de os participantes sentirem cansaço, constrangimento ou desconforto ao responder às perguntas durante as entrevistas. No entanto, os participantes foram informados que nesses casos poderiam interromper a entrevista. Não houve nenhuma interrupção nas entrevistas e nenhum participante optou por se retirar da pesquisa. Foram dados nomes fictícios para os participantes e para os profissionais que foram citados nominalmente.

Procedimentos

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas pela pesquisadora do estudo, terapeuta ocupacional e mestranda em Estudos da Ocupação - UFMG conjuntamente com uma docente da área de saúde mental do Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG, nos meses de março e abril de 2024. O roteiro das entrevistas contém questões sobre os aspectos sociodemográficos e sobre a percepção dos usuários do CCSP quanto à inserção no trabalho formal e as possíveis repercussões em seus cotidianos. As entrevistas aconteceram no CCSP, em um ambiente reservado, após a assinatura de concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas duraram entre 07 e 38 minutos e foram gravadas e transcritas pela pesquisadora.

Análise de dados

A análise de conteúdo foi elaborada de acordo com Bardin (2011), a qual é entendida como um conjunto de técnicas, divididas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, incluindo a categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação (Souza; Santos, 2020).

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Perfil sociodemográfico dos usuários inseridos no Projeto

Os participantes dessa pesquisa são sete homens e três mulheres, com idades entre 30 e 53 anos, seis com escolaridades marcadas por interrupções (quatro possuem ensino fundamental incompleto, dois com ensino médio incompleto), dois com ensino médio

completo, um com ensino técnico e uma cursando o ensino superior. Seis participantes se autodeclararam pretos, um pardo e três brancos. Nove são solteiros e um com união estável.

O Quadro 1 apresenta a caracterização de idade, gênero, escolaridade, estado civil e cor dos participantes.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participantes	Idade	Gênero	Cor	Escolaridade	Estado civil
Bernardo	37	Masculino	Branco	Médio incompleto	União estável
Tadeu	40	Masculino	Preto	Ensino técnico	Solteiro
Gilberto	33	Masculino	Branco	Médio incompleto	Solteiro
Hugo	53	Masculino	Pardo	Fundamental II incompleto	Solteiro
Daiane	48	Masculino	Branca	Superior (cursando)	Solteira
Bárbara	52	Feminino	Preta	Fundamental I completo	Solteira
Samuel	50	Masculino	Preto	Médio completo	Solteiro
Tatiana	45	Feminino	Preta	Fundamental I incompleto	Solteira
Everaldo	38	Masculino	Preto	Médio completo	Solteiro
Manuel	55	Masculino	Preto	Fundamental II incompleto	Solteiro

Fonte: elaborada pelas autoras.

Nove participantes da pesquisa residem em bairros pertencentes à Regional Nordeste do município de Belo Horizonte/MG, na qual se insere o CCSP e uma participante que se mudou para outra regional, mas permanece vinculada às atividades deste Centro de Convivência. O CCSP está situado no bairro São Paulo, no qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e a Nossa BH (2021), a maioria dos habitantes são negros, com renda média de um salário-mínimo. De acordo com IBGE (2022), as pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento, corroborando com estudos que apontam que esta população está mais suscetível ao desenvolvimento de transtornos mentais, além de outras doenças (Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto - Elsa/ Brasil, Cabral, 2022; Jornal da USP, 2023). Destaca-se que pessoas pretas e pardas ocupam a grande maioria das atividades com menor remuneração, sendo serviços domésticos 66,4%, na construção 65,1% e na agropecuária 62%. Ainda segundo o IBGE (2022), 40,9% do total dos trabalhadores brasileiros encontrava-se em trabalhos informais. Esse percentual subiu entre mulheres pretas e pardas para 46,8%, entre homens pretos e pardos 46,6%. Assim, os estudos retratam que esta população está exposta a maior vulnerabilidade e desigualdade social, além de obstáculos para acesso às políticas públicas (Farias; Leite-Junior; Costa, 2018; Júnior, 2022).

“Uma chance de voltar ao mercado de trabalho”

Todos os participantes têm experiências pregressas no mercado formal de trabalho, alguns iniciaram as atividades laborativas ainda na adolescência em diversas funções, tais como empregada doméstica, servente de pedreiro, vendedor, auxiliar administrativo, auxiliar de confeitiro, auxiliar de mecânico, balconista de supermercado, office boy, auxiliar de depósito e almoxarifado. A maioria desses postos de trabalho apresentam baixa exigência com relação à escolaridade. A baixa escolaridade, sobretudo dos participantes que interromperam o ensino fundamental e médio produz e reafirma as desigualdades sociais. Segundo Zanardo, Ventura e Consule (2021), as pessoas com transtornos mentais vivenciam em seus cotidianos inúmeros desafios, como discriminação e estigma, violência e abuso, restrição aos direitos básicos, dentre eles o de

acesso à saúde, educação e trabalho. A estigmatização enfrentada por esta população é um dos fatores que contribui para a perpetuação da desigualdade social, prejuízo no exercício da cidadania, impactando diferentes esferas da vida (Leão; Lussi, 2021).

Os participantes relataram dificuldades em se reintegrar ao mercado de trabalho após a vivência do sofrimento psíquico, ocasionando o rompimento das atividades laborativas, com períodos que variam entre 5 a 20 anos fora do mercado de trabalho.

Já tinha algumas pessoas que passaram por esse processo. E eu estava à procura de emprego. Mandava muito currículo e não me chamavam. E a única oportunidade que eu tenho é essa, eu fui e abracei. Aí estou há três anos (Samuel).

Porque eu fiquei muito tempo desempregado. Fiquei meio desatualizado. Tanto que eu fiquei sem saber como bater o ponto. Fiquei meio perdido (Manuel).

(...) e nesse mercado não, você trabalha fichado, você entra e tem a hora certa de sair. E eu tô achando muito bom, e esse é o meu primeiro emprego fichado. Olha só menina, eu chorava. É que eu, há muitos anos atrás, uns 20 anos atrás, eu tentei, já levei meu currículo nas lojas, pra ver se conseguia uma vaga, lojas de roupas, Nova Brasília e tudo, e eles nunca me chamou. A última vez que eu levei no metrô, acho que foi em 2010, não chamou para fazer limpeza (Bárbara).

As pessoas com transtorno mental grave enfrentam grandes obstáculos no acesso ao trabalho com taxas de desemprego que variam entre 70% a 90% (Pérez; Martin, 2024). Nessa direção, apontam o Projeto como uma oportunidade de retornar à vida profissional.

(...) eu voltei a viver de novo, porque eu estava afastada há algum tempo. Depois, com a inserção no mercado de trabalho, foi bom pra mim voltar à ativa e voltar a ter esperança de melhorar (Daiane).

Porque seria uma chance de voltar para o mercado de trabalho, pois tinha muito tempo que saí... porque depois que eu saí fiquei muito acomodado (Bernardo).

Era uma oportunidade, pois eu estava desempregado, a proposta era boa, meio horário e ainda tinha o curso no SENAC. Aí eu me interessei (Gilberto).

A função de repositor: um trabalho mecânico, sem possibilidade de ascensão, mas um trabalho

Todos os participantes foram inseridos na função de repositores de supermercado, em quatro redes distintas do município de Belo Horizonte/MG. A função de repositor foi percebida e vivenciada de diferentes formas pelos participantes. Hugo, Daiane, Tatiana, Everaldo e Bárbara afirmam gostar da função de repositor, porém Daiane, Hugo e Manuel apontam como dificuldade: subir e descer escadas, lidar com o peso excessivo das mercadorias e enfrentar longos períodos na mesma posição.

Tatiana e Samuel destacaram a limitação e repetição da função exercida e Samuel sinaliza a falta de possibilidades de ascensão profissional: “... aí eu tenho que repor, olhar a data de validade dos produtos e organizar a sessão. É muito mecânico... você não tem uma perspectiva de falar assim, vou te deixar aqui, mas se tiver uma área administrativa, vou te dar uma oportunidade” (Samuel).

Tatiana e Hugo relatam a baixa remuneração e a necessidade da complementação de renda “... e dia de domingo também eu faço faxina, pra poder aumentar o dinheiro também. Eu sou faxineira também” (Tatiana) “... além de trabalhar onde eu trabalho. Eu tenho freelancer (Hugo). Tatiana e Bárbara enfrentam desafios na função de repositor, encontrando dificuldades no uso de equipamentos tecnológicos e pelo fato de não saberem ler “... eu tenho dificuldade em bater preço, você tira na maquininha ... eu não sei ler, aí eu queria aprender a ler os negócios” (Tatiana) “... só que tem uma hora que precisa digitar, aí eu peço alguém pra digitar pra mim pra ajudar” (Bárbara).

Correia (2023) aponta a relevância da análise individualizada da história de vida do sujeito, seus interesses pessoais, assim como suas habilidades, limitações e potencialidades para inserção no mercado de trabalho. No entanto, todos os participantes da pesquisa foram inseridos na mesma função de trabalho, sem considerar esses aspectos destacados. Kinker (2014) tece uma crítica em relação às estratégias de inserção de trabalho que negligenciam o sujeito e, questiona se essa abordagem não constituiria, de fato, uma estratégia velada para exploração da mão de obra de trabalho ou simplesmente uma resposta das empresas em suprir com exigências determinadas pela legislação.

Relações interpessoais no trabalho

Hugo, Bárbara, Daiane e Samuel sentiram-se acolhidos, pertencentes ao ambiente de trabalho, estabelecendo laços de amizade com a equipe e boa relação profissional com os gerentes.

E hoje, se me pedir pra trocar de loja, eu não quero... estão construindo uma pertíssimo da minha casa, dá pra ir e voltar a pé. Se falar para mim trocar, eu não quero. Eu prefiro lá onde estou. Lá eu estou mais estabilizado. Eu gosto de trabalhar lá (Hugo).

Muito positiva, por sinal, eu acho que procuro ajudar eles, eles procuram me ajudar. Não tenho nenhuma inimizade, não, graças a Deus (Daiane).

Meus colegas são legais, me tratam bem. O encarregado e o gerente são super legal. Lá não tenho nada para reclamar deles, não (Bárbara).

(...)a gente tem uma boa comunicação, as pessoas tem respeito, educação (Samuel).

No entanto, Tatiana, Manuel e Bernardo vivenciaram situações de conflitos e desrespeito no ambiente de trabalho, sendo que Bernardo e Manuel optaram por se desvincular do Projeto e Gilberto relatou que não foi contratado após o período do curso “eles não me chamaram pra continuar, não sei o por quê (...) conversei com as pessoas que trabalham lá, eu fui até lá e perguntei o gerente se ele estava precisando de contrato para trabalhar carga horária normal... aí ele falou que por enquanto não precisava” (Gilberto).

Tatiana, Bernardo e Manuel relataram dificuldades em suas relações com alguns gerentes e funcionários. Além disso, Manuel e Bernardo destacaram a baixa remuneração, o desvio de função e o preconceito como motivos para considerarem a saída do Projeto.

(...) você não consegue ficar muito tempo curvado, dá dor nas costas. Aí eu usava um banquinho ... ah não fica deitado aí não rapaz, levanta. Uma falta de educação danada. (...) aí teve um gerente que cismou comigo, não sei o que era. Aí foi justamente por causa dessa cobrança toda, não ganhava tão bem para essa cobrança toda (Manuel).

(...)mandou eu ficar limpando lá, me deu uma vassoura, um pano de chão. Fiquei nervoso com aquilo, e as outras pessoas do caixa falavam assim, você é contratado para ser repositor, não é isso não. (...) fiz porque os outros pediram, eu achei que tinha que fazer aquilo, mas aí depois o pessoal do caixa passou a me chamar de doido. Falou que eu era PCD e tinha que ficar limpando o chão (Bernardo).

(...)aí no primeiro dia foi uma alegria pra mim, aí no terceiro dia, quarto dia aí comecei a ver umas coisas meio assim, vamos ver onde vai chegar isso, aí começou a me maltratar (...) eu vou embora e do tchau pra todo mundo, e ninguém me responde, às vezes a gente escuta da pessoa, né? (patrão) Ela é muito devagar, às vezes ficam no canto cochichando (Tatiana).

No entanto, Bernardo sinaliza que

(...)o projeto não funcionou pra mim, mas é uma grande oportunidade para as pessoas que têm sofrimento mental, vê que nós estamos aqui, somos pessoas que conseguem trabalhar, manter uma vida digna, dar conta da vida e dar conta do serviço. Acho que a finalidade do projeto é isso mesmo, é você dar conta mesmo que dê certo ou dê errado. Você se vê útil no mercado de trabalho, porque também faz parte da vida (Bernardo).

Eles preparam muito a gente para chegar lá, mas eles não preparam as pessoas para receber a gente

Samuel e Bernardo relataram que são preparados durante o curso para a convivência com os demais no ambiente de trabalho, no entanto, uma das críticas dos participantes é que alguns funcionários das empresas não estão preparados para lidar com a diferença e a diversidade das pessoas.

Quando eu cheguei na empresa eles estavam me tratando como se eu fosse um débil mental, ou então uma criança, cuidado nessa escada... as próprias pessoas do supermercado deveriam ser treinadas também para lidar com as pessoas deficientes (Samuel).

Nesse contexto, Nascimento e Leão (2019) apontam que as pessoas com transtornos mentais estão sujeitas a ser estigmatizadas devido aos valores manicomialistas ainda prevalentes na sociedade. O imaginário social tende a ver o paciente psiquiátrico como perigoso, agressivo, infrator e incapaz. Esses estigmas dificultam a participação dessa população em diversas esferas da vida. A produção de Goffman (1988) sobre o estigma vivifica-se nas experiências laborais desses usuários ainda hoje de forma pungente. Além disso, a discriminação, estigma e violações de direitos humanos contra

esta população são problemas que ocorrem em todo o mundo. Para Neto *et al* (2021), o estigma em relação às pessoas com transtornos psiquiátricos também está presente nos próprios profissionais de saúde, que muitas vezes reduzem essa população apenas ao transtorno psiquiátrico, o que resulta na negligência de outros problemas de saúde, ou seja, acentuam a fragmentação do sujeito.

Samuel aponta ainda como sugestão para o Projeto “(...)tinha que ser acompanhado mais de perto, vê se você está gostando da função que você está, visitar a gente” (Samuel). Ele também ressalta a importância da reunião com a coordenadora do Projeto “ela falou sobre nossos direitos, nós não sabíamos do nosso direito ao PIS/PASEP, ela ajudou a gente a correr atrás e ela deixou um número de atendimento” (Samuel).

A articulação entre Centro de Convivência e o Projeto: uma experiência exitosa

Todos os participantes sinalizam a relevância da gerente do CCSP como articuladora, apoio e suporte para a inserção no Projeto.

Aí Deus ajudou, a Ana quando foi no final de 2016, ela me indicou para o projeto... eu sou uma das primeiras turmas (Bárbara).

É porque eu já tinha melhorado um pouco as ideias, aí eu resolvi participar, a Ana me fez o convite, aí eu peguei e participei (Everaldo).

Quando eu cheguei aqui eu estava muito ruim, aí aqui foi um recomeço pra mim. Porque primeiro a Ana é muito competente, ela é engajada, ela é atenciosa (Tadeu).

(...) aí eu agradeço a Ana que ela me ensinou muitas coisas. Aí ela me disse que eu podia trabalhar, aí ela me indicou para eu trabalhar, ter meu dinheirinho pra minha casa (Tatiana).

Ressalta-se a importância da profissional de referência no processo de inclusão no mercado de trabalho que atua, de fato, como parceira nos enfrentamentos e desafios cotidianos. Segundo Amorim *et al* (2022), o acompanhamento do Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte/MG inclui reuniões mensais com os parceiros envolvidos, encontros periódicos nos Centros de Convivência com os usuários inseridos no mercado de trabalho, além de acompanhamento individualizado. As autoras identificam que o acompanhamento

próximo possibilita o apoio, escuta ativa, mediação, identificação e intervenção das possíveis dificuldades vivenciadas no dia a dia pelos usuários, assim como articulações com a rede de saúde mental (Amorim *et al*, 2022).

Vale salientar o destaque da RAPS como potencializadora de cuidado e produção de novas tessituras de vida “... a gente vê que a rede de saúde ela transforma as pessoas. A gente não fica isolado como eles falam que era em Barbacena nos anos 70/80. Hoje nós estamos tendo outra perspectiva de vida” (Samuel). Todos os participantes estão integrados ao CCSP e participam ativamente das diversas atividades e oficinas oferecidas pelo serviço, acessando também, por meio deste vínculo com o dispositivo, eventos culturais disponibilizados na cidade como teatros, cinema, museus e shows. Além disso, evidencia a importância das articulações do Centro de Convivência com os diferentes setores e políticas públicas, como Educação, Cultura, Assistência Social e Trabalho (Júnior, 2022). Dessa forma o Centro de Convivência é um importante dispositivo da RAPS na articulação de políticas intersetoriais, assim como uma ponte para o trabalho enquanto direito social sem perder de vista a complexidade do processo e os desafios da inclusão.

A experiência dos usuários com a instituição de formação

Quanto ao período de formação profissional, todos os participantes foram integrados à instituição formadora, SENAC/MG e tiveram a carteira de trabalho assinada. A remuneração foi proporcional às horas trabalhadas, tendo como base de cálculo o salário mínimo hora, além do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na alíquota de 2%; os/as usuários/as também receberam o recurso do vale transporte (Cruz; Siqueira, 2020). Entretanto, após o período de formação (12 meses), os usuários podem ser contratados sob o regime de CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) como funcionários da empresa.

O SENAC/MG foi reconhecido como um espaço de acolhimento, aprendizagem e sociabilidade pela maioria dos usuários.

(...) fiquei muito tempo sem estudar. Eu gosto de ler, ler livros, costumo ler, mas vou estudar na sala, vou fazer isso aqui, faz muito tempo que não fazia. Então, achei interessante... conhecer pessoas novas (Samuel).

(...) nossa foi bom demais, eu gostei, me senti de volta à escola (Everaldo).

(...) tinha muito conteúdo, muita coisa bacana que o professor ensinou pra gente (Daiane).

(...) no SENAC fiz algumas amizades (Bernardo).

No início foi aos trancos e barrancos, eu custei a me adaptar, eu era uma pessoa tímida, uma pessoa vergonhosa, aí eu fui passando a dialogar com as pessoas, entendeu? E fui me abrindo (Hugo).

Observa-se assim, que o objetivo de formação profissional proposto pelo SENAC/MG é atendido, visto que busca o compromisso com a “educação profissional que transcende a finalidade de estrita preparação de mão de obra e consolida o seu papel na formação para o trabalho em seus aspectos mais amplas, fixados nos pressupostos da inclusão, da democracia, da igualdade de direitos e da dignidade humana” (SENAC, 2023, p. 10).

As repercussões da inserção no trabalho nos cotidianos dos usuários

Os participantes descrevem mudanças em suas vidas após o ingresso no Projeto. Apontam o trabalho como espaço de construção de relações sociais, como meio de combater o ócio, de potencializar recursos financeiros e de tornar-se independente.

Porque preencheu um vazio, porque na parte da tarde não tinha nada pra eu fazer, aí eu ficava só vendo vídeo no celular, à toa. Aí o trabalho me distraiu um pouco, assim. Porque eu só escutava as mesmas músicas, as mesmas bandas e os mesmos vídeos. Aí preencheu uma coisa, um vazio assim, aí conheci pessoas novas, fiz amizades e tal. Eu gostei, foi bom pra mim, ocupou o meu tempo e a minha cabeça com outras coisas. E ainda ganhei pra isso (Everaldo).

Eu acredito que estou começando a recomeçar a minha vida agora. Porque eu nem saí de casa por causa da síndrome de pânico e das coisas psicológicas. Agora estou começando a tentar voltar ao normal que eu tinha. A socializar. E conseguir ir numa padaria sem achar que tem alguém me seguindo. Se tivesse alguém de celular, eu tava achando que alguém tava chamando alguém pra mim. Poder pegar um ônibus, poder ir ao cinema. Poder fazer um monte de coisa (Samuel).

(...) eu voltei a viver de novo, porque eu estava afastada há algum tempo. Depois, com a inserção no mercado de trabalho, foi bom para mim voltar à ativa, voltar a ter esperança de melhorar. Foi isso. Porque eu me sentia meio inútil. Quando eu fico isolada lá, sem trabalho, com essa perseguição, eu me sinto inútil. E eu não gosto de me sentir assim. Eu gosto de me sentir bem, produzindo, tendo alguma coisa para me fazer. Eu acho que até o último dia do meu suspiro eu vou estar trabalhando. Mas assim... Só que, igual estou fazendo faculdade, eu quero um serviço que eu pense mais, do que gastar minha energia física (Daiane).

(...)depois que parei de beber, comecei a trabalhar, eu passei a ter mais responsabilidade e compromisso também. (...)vivo bem com meus amigos. Em casa também, só tem um irmão que a gente não bate bem, mas ele no canto dele e eu na minha (Hugo).

É na tessitura do cotidiano que são observadas as repercussões da inserção dos usuários no trabalho formal. A ampliação dos modos de viver, das relações interpessoais, das formas de sociabilidade e, sobretudo, a esperança de melhora – ao se retirarem do circuito casa e serviços de saúde – constroem, paulatinamente, novas mediações entre o singular e o coletivo. Na perspectiva de Lefebvre (1991), é nesse cotidiano que se envolvem as estruturas sociais, o vivido, as subjetividades que as pessoas também podem se transformar.

A inserção no mercado de trabalho é uma chance de reconstrução de vida para os usuários, uma forma de ressignificar seus cotidianos, meio ao contexto de precarização do trabalho no País e ao sofrido histórico de adoecimento permeado por diferentes formas de violência. De acordo com Cruz e Silveira (2020), o trabalho é importante para as pessoas com transtorno mental grave, pois, auxilia no enfrentamento e superação do isolamento social, assim como estimula o autocuidado além de refletir na geração de renda. Os autores destacam que a participação nas atividades laborativas contribui para o desenvolvimento de um senso unificado do eu que reconcilia saúde e doença. Além disso “apresenta um papel fundamental no reconhecimento do transtorno mental e na construção de uma identidade própria e coletiva” (Cruz; Silveira, 2020, p. 2).

Outro ponto destacado pelos entrevistados foram os enfrentamentos, dificuldades e inseguranças vivenciadas no período da pandemia de COVID-19 em relação ao processo de inserção no Projeto: “... Aí, quando faltavam dois meses para completar o

curso lá no SENAC, veio a pandemia. Aí foi aquela época que teve que fechar tudo, aí fechou o SENAC, aí a minha sorte que eu já sabia que eu ia ser efetivado no EPA” (Hugo). Este relato vai ao encontro da pesquisa conduzida por Júnior, Almeida e Drummond (2024) com os usuários do CCSP ao revelar que as imposições relacionadas à pandemia, como o isolamento social e a necessidade de ficar em casa, implicaram uma redução ainda maior das possibilidades de engajamento em ocupações fora do ambiente doméstico. Tatiana e Samuel apontaram a importância do espaço do CCSP para realizarem as atividades *online* do curso do SENAC/MG, utilizando os equipamentos eletrônicos disponibilizados no serviço, uma vez que não possuíam computadores em casa. Conforme apontado por Junior, Almeida e Drummond (2024), dada a condição de permanecerem em casa por um tempo extenso, em especial dentro do quarto, com pouca circulação na cidade, o Centro de Convivência é reconhecido pelos usuários como principal espaço de sociabilidade e também um lugar de aprendizagem.

Finalmente, é necessário compreender a complexidade do processo de inclusão dos usuários no mercado formal de trabalho. Trata-se de uma experiência produtiva singular e construída na experiência vivida, sem a pretensão de beneficiar todas as pessoas com transtorno mental (Almeida, 2022). Conforme Barros (2005) *apud* Almeida (2022, p. 66), “o trabalho não deve ser considerado uma panaceia para todos os males”.

Inserir-se aqui o debate sobre as diferentes concepções acerca da centralidade do trabalho na organização social e na formação identitária. Embora exista uma corrente nas Ciências Sociais que afirma a importância do trabalho na formação humana e social, conforme cita Antunes (2002), temos alguns teóricos das Ciências Sociais que contrapõem este discurso afirmando que, em função da degradação das relações de trabalho, o mesmo deixa de ser considerado princípio organizador das estruturas sociais, perdendo assim seu potencial identitário, constituinte da personalidade humana e referência normativa de vida (Offe, 1989; Ahumada; Mariana, 2001b).

Embora a inserção no trabalho para as pessoas com sofrimento mental esteja sendo discutida sob a ótica da “reabilitação” na saúde mental, pode-se perceber que estas iniciativas e propostas de trabalho para este grupo não diferem em muito das propostas implementadas para a população em geral, que se encontra fora do mercado de trabalho.

Com isso, os modelos de inserção dessas pessoas no trabalho se aproximam em muito das alternativas propostas para as populações excluídas, seja via processo de qualificação com foco no mercado formal, seja via formação de cooperativas ou associações. Esta busca de alternativas de trabalho, neste momento de elevado índice de desemprego e exclusão social, não se limita a essas pessoas, mas também envolve uma parcela significativa da população que se encontra em situação de marginalidade. Ou seja, a exclusão social deixa de ser uma realidade de um grupo social e passa a ser um problema geral de grupos marginalizados.

Com isso, a sociedade civil, através de iniciativas individuais ou solidárias, e ainda o governo, através de políticas públicas, junto à sociedade civil, representada pelas ONG's e empresas privadas, buscam viabilizar projetos de geração de trabalho e renda direcionados à população marginalizada. As relações de trabalho que surgem como alternativas para os grupos excluídos do mercado de trabalho formal estão basicamente associadas à sobrevivência, ao invés de representarem uma possibilidade real de melhoria da qualidade de vida, mas por outro lado, apresentam uma oportunidade real de participação, de expansão da circulação na cidade, de construção de laços sociais e de construção de projetos de vida.

Assim, não podemos desconsiderar que tais projetos de inclusão no trabalho estão inseridos em um contexto de exclusão mais amplo, caracterizado pela precarização do trabalho, que vem mantendo grande parte da população à margem das relações atuais de trabalho. Esta situação de exclusão em massa faz com que a demanda por direito ao trabalho para as pessoas com transtorno mental não seja exclusividade de apenas um grupo, mas sim uma demanda de todos aqueles que buscam alternativas para ingressarem no mercado de trabalho. Dessa forma, além de conhecer as diferentes dimensões do trabalho já experimentadas na história da assistência psiquiátrica, a compreensão das relações que vêm sendo estabelecidas entre a loucura e o trabalho no processo de transformação da assistência à saúde mental só será possível se houver uma compreensão das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, bem como do significado que ele passa a ter na organização social atual.

As pessoas com transtorno mental se deparam com um problema estrutural da falta de trabalho, e também com o fato de que na nossa cultura permanece a crença de que elas são incapazes para trabalhar. Se, por um lado, a relação atual entre o trabalho e a saúde mental avançou, quando este passa a ser visto como direito das pessoas com sofrimento mental, por outro, a situação de precarização do trabalho tende a reforçar não somente o lugar de exclusão dessas pessoas, mas também um percentual grande da população em geral.

Nesse sentido, a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho está atrelada a múltiplas dimensões, tanto econômicas como sociais (Correia, 2023). O trabalho além de proporcionar meios de sobrevivência, amplia as redes de suporte e mobilidade social, também compreende a precarização da força e das relações de trabalho, assim como pode ser fonte de adoecimento (Correia, 2023).

Assim, se faz necessário reconhecer as fragilidades desse processo, compreender suas contradições e lacunas, que indicam oportunidades e estratégias para avançar no enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas com transtornos mentais (Vasconcelos, 2021).

4. CONCLUSÃO

Ao longo dos anos, o Brasil avançou com a implementação de uma política pública de atenção à saúde mental com a lógica antimanicomial, reconhecida inclusive no âmbito internacional pela OMS (2021). Nesse sentido, este modelo de cuidado em liberdade, que se fundamenta em serviços territoriais e comunitários, visa promover o protagonismo dos usuários e adotar estratégias de cuidado baseadas em direitos, incluindo o direito ao trabalho.

Este estudo contribui para a compreensão da perspectiva dos usuários em relação à inserção no mercado de trabalho formal. Denota-se a relevância do Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte- MG como uma oportunidade de acesso, ampliação do poder de contratualidade, autonomia, independência e novas tessituras de vida, meio a tantas restrições a que estão sujeitos

cotidianamente. À precarização das condições de acesso ao trabalho pela população brasileira em geral, soma-se, para esse grupo, o peso do estigma e do próprio adoecimento, diminuindo as chances de inserção no trabalho. O Projeto abre porta para uma chance negada ao longo das trajetórias de sofrimento mental.

Este Projeto que pode ser um espaço para desconstrução de estigmas em relação às pessoas com transtornos mentais, apresenta lacunas, conforme revelado neste estudo, no que se refere às condições e organização do trabalho e ao preparo das empresas para lidarem com a diferença e a diversidade. Dessa forma, a redução das barreiras que impedem o acesso e a permanência qualificada das pessoas com transtornos mentais no trabalho formal exige uma constante reflexão e empenho de diferentes atores na luta e defesa dos direitos humanos e da cidadania.

REFERÊNCIAS

AHUMADA, J.; MARIANA, M. *Sufrimiento psíquico y precarización*, datilo, 2001b.

ALMEIDA, Daniela. Oficinas: a convivência que se constrói a partir de um fazer junto. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Maíra; BOAVENTURA, Sandro. (org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramalhete, 2022, p. 62-71.

ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle. “Eles passarão... nós, passarinho!”: uma análise dos desafios atuais para a luta antimanicomial. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Maíra; BOAVENTURA, Sandro.(org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramalhete, 2022, p.337-348.

ALMEIDA, Daniela; TREVISAN, Erika; Barros, Vanessa. *O trabalho de terapeutas ocupacionais em um Centro de Atenção Psicossocial: Para além das fronteiras disciplinares*. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. v. 7, n.2, p. 1735-1751, 2023.

AMORIM, Gisele; NOVAES, Ana Paula; ALMEIDA, Daniela; BRANDÃO, Isabel; ZACCHÉ, Karen; GUIMARÃES, Maria Betânia; VASCONCELOS, Maria Eliza; SANTOS, Marise; SOARES, Marta; RIBEIRO, Wilma. Projeto de Inserção no Mercado Formal de Trabalho: A Experiência dos Centros de Convivência de Belo Horizonte. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Maíra; BOAVENTURA, Sandro.(org) *Vida em Comum:*

fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade. 1ed. (Belo Horizonte): Ramalhete, 2022, p. 276- 284.

ANTUNES, Ricardo. *O sentido do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BALLARIN, Maria Luisa; CARVALHO, Fábio. *Considerações Acerca da Reabilitação Psicossocial. Aspectos Históricos, Perspectivas e Experiências*. In:CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia (org). *Terapia Ocupacional Fundamentação & Prática*. 2 ed. (Rio de Janeiro): Guanabara Koogan, 2023, p. 296-312.

BRASIL. Lei 8213, de 24 de julho de 1991. *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 09 de junho 2023.

BRASIL. Lei 10216, de 6 de abril de 2001. *Institui a Lei Paulo Delgado. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*, Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 16 de maio 2023.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 20 de dezembro de 2011. *Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*, Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 09 de junho. 2023.

BRASIL. Lei 13146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 de mai. 2023.

CABRAL, Ana Karina. *Inclusão de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho*. In:CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia (org). *Terapia Ocupacional Fundamentação & Prática*. 2 ed. (Rio de Janeiro): Guanabara Koogan, 2023, p. 474-482.

CABRAL, Umberlância. *Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento*. Agência IBGE notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

CORREIA, Ricardo. *Economia Solidária e Emprego Apoiado Iniciativas de Trabalho e Renda para a Inclusão Social*. In:CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia (org) *Terapia*

Ocupacional Fundamentação & Prática. 2 ed. (Rio de Janeiro): Guanabara Koogan, 2023, p. 462-472.

COSTA, Liliam. *TRABALHO AINDA QUE TAN TAN: os trabalhadores e trabalhadoras da linha de frente da inclusão de pessoas em sofrimento mental no mercado formal de trabalho*. 2023. 147f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843>. Acesso em: 13 de março de 2024.

COSTA-ROSA, Abílio. Estratégia Atenção Psicossocial: novas contribuições. In: *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2013, pp. 91-117. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557144817.0005>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

CRUZ, Breno; SILVEIRA, Patrícia. *POSSIBILIDADES DE TRABALHO PARA PESSOAS COM ESQUIZOFRENIA*, AMPID (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2020. Disponível em: <https://ampid.org.br/site2020/wp-content/uploads/2020>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

FARIAS, Magno; LEITE-JUNIOR, Jaime; COSTA, Isabelly. *Terapia Ocupacional e População Negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial*. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018.

GALVÃO, Anna; OLIVEIRA, Elda; GERMANI, Ana Cláudia; LUIZ, Olinda. *Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo*. Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.2, e200743, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa da Desigualdade Entre as Capitais Brasileiras*. Rio de Janeiro, 2023.

JORNAL DA USP, *Negros sofrem mais com doenças crônicas e adversidades na vida explicam parte desse adoecimento*. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/negros-sofrem-mais-com-doencas-cronicas-e-adversidade-s-na-vida-explicam-parte-desse-adoecimento/>. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

JUNIOR, Heldevan; ALMEIDA, Simone; DRUMMOND, Adriana. *Occupations of users of a Brazilian mental health service during the COVID-19 pandemic*. Journal of Occupational Science, v. 32, n.1, p.149-162, 2024.

KINKER, Fernando. *Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia*. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 22, n. 1, p. 49-61, 2014.

LANCMAN, Selma; BARROS, Juliana. *Notas sobre o uso do trabalho enquanto atividade terapêutica e suas interfaces com a Terapia Ocupacional*. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 1-3, p. e207113, 2022.

LEÃO, Adriana; Lussi, Isabela. *Estigmatização: consequências e possibilidades de enfrentamento em Centros de Convivência e Cooperativas*. Interface (Botucatu). v. 25, n. 1. p.1-17, 2021.

LEFÈBVRE, Henri. *A Vida cotidiana no mundo moderno: Ática*, São Paulo, 1991.

LUSSI, Isabela; MORATO, Giovana. *Terapia Ocupacional e Trabalho perspectivas históricas e possibilidades atuais no campo da saúde mental*. In: MATSUKURA, Thelma; SALLES, Mariana (org.). *Cotidiano, Atividade Humana e Ocupação. Perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016. p. 77-90.

MARTINI, Larissa; LUSSE, Isabela; MAGALHÃES, Lilian; SANTOS, Fernanda; PIMENTEL, Fernanda; PETRECHE, Maria Beatriz; FONSECA, Ana Olivia; ATTUX, Cecília; BRESSAN, Rodrigo. *Experiência laboral e inclusão social de indivíduos com esquizofrenia*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 11, n. 44, p.1-10, 2019.

MATA, Carolina; BREGALDA, Marília; FREITAS, Renata; VELOSO, Vanessa. *Atuação de terapeutas ocupacionais na Rede de Atenção Psicossocial em um estado do nordeste brasileiro*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, [S. l.], v. 31, p. e3484, 2023.

MAZARO; Lisabelle, MATSUKURA, Thelma, LUSSE; Isabela. *Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 1, n. 28, p. 127-146, 2020.

MINAYO, Maria Cecília (org). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORATO, Giovana; LUSSE, Isabela. *Contribuições da perspectiva de Reabilitação Psicossocial para a terapia ocupacional no campo da saúde mental*, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 943-951, 2018.

MORATO, Giovana. *A atuação dos terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo*. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6885>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

MORATO, Giovana. *Reabilitação psicossocial e atenção psicossocial: identificando concepções teóricas e práticas no contexto da assistência em saúde mental*. 2019. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11988>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Larissa; LEÃO, Adriana. *Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p.103-121, 2019.

NETO, Joaquim; SILVA, Eduardo; FIGUEIRA, Gabriela; SOUZA, José. *O estigma da doença mental entre estudantes e profissionais de saúde*. Research, Society and Development, v. 10, n. 3, p 1-7, 2021.

Nossa BH. *Mapa das Desigualdades*, 2021. Disponível em: [Mapa-das-desigualdades-da-RMBH 2021.pdf \(nossabh.org.br\)](#). Acesso em: 18 de abril de 2024.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). OMS destaca a necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. 2022.

Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

PÉREZ, Ana; MARTÍN, Olga. *Efetividade do modelo Individual Placement and Support em transtorno mental grave: uma revisão sistemática*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, [S. l.], v. 32, p. e3731, 2024.

REINHEIMER, Rafaela; SILVA, Clemildo. *Inclusão pelo trabalho formal no contexto da saúde mental no Município de Porto Alegre/RS pela perspectiva da terapia ocupacional*. Ciência em Movimento, v. 21, n. 42, p. 41-54, 2019.

SARACENO, Benedetto. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 2001.

SENAC, Plano Senac Brasil Ciclo 2024-2027 : referencial estratégico / Senac, Departamento Nacional – Rio de Janeiro : Senac, Departamento Nacional, 2023.

Disponível em:

https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2017/03/referencial_estrategico_202_OK.pdf . Acesso em: 29 de julho de 2024.

SIQUEIRA, Fernando; CHAVES, Luiz; BAKER, Vânia. *A Rede de Atenção Psicossocial de Belo Horizonte: Centros de Convivência como potência para a reabilitação psicossocial*. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Máira; BOAVENTURA, Sandro.(org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramallete, 2022, p. 33 - 39.

SOUSA, José; SANTOS, Simone. *Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer*. Pesquisa e Debate em Educação, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020.

SUIJKERBUIJK, Yvonne; SCHAAFSMA, Frederieke; MECHELEN, Joost; OJAJÄRVI, Anneli; CORBIÈRE, Marc; ANEMA, Johannes. *Interventions for obtaining and maintaining employment in adults with severe mental illness, a network meta-analysis*. Cochrane Database Syst Rev, v.9, n.12, 2017.

VASCONCELOS, Eduardo. *Novos Horizontes em Saúde Mental*. Análise de conjuntura, direitos humanos e protagonismo de usuários(as) e familiares. São Paulo: Hucitec, 2021.

ZANARDO, Ana Beatriz; VENTURA, Carla; CONSULE, Rita. *Vulnerabilidade social e transtornos mentais: scoping review*. Textos & Contextos Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-31, 2021.